

**ACTA DA VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA  
NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2010. -----**

Aos Seis dias do mês de Dezembro do ano de Dois Mil e Dez, reuniu-se na Sala de Reuniões desta Câmara, o Executivo Camarário, composto pelo Presidente da Câmara Municipal Prof. Humberto da Costa Cerqueira e pelos Senhores Vereadores Prof. Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa; Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado; Manuel Mário Mota de Oliveira e Eng.º Francisco Gomes Ribeiro. -----

**PRESENCAS: -----**

Encontravam-se presentes nesta reunião a Chefe da DAF, o Secretário do GAP e o Chefe de Divisão do GJC, que secretariou a presente reunião, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara, proferido ao abrigo do art.º 92º n.º 2 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. -----

**ABERTURA DA REUNIÃO. -----**

Pelas Dez Horas o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião. -----

**1º - Quarta Revisão ao Orçamento de 2010. -----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Na sequência da informação da Divisão Administrativa e Financeira, que anexo, revela-se necessário proceder à quarta revisão orçamental de 2010.

Assim, deixo a análise da informação e documentos em anexo à consideração de Vossas Excelências e proponho que no exercício da competência tipificada no art.º 64º n.º 2 al. c) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, se aprove a quarta revisão orçamental de 2010, para que de seguida seja remetido à Assembleia Municipal para aprovação final.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta da quarta revisão orçamental de 2010 e apresentá-la à Assembleia Municipal para aprovação final. -----

## **2º - Orçamento e Mapa de Pessoal para 2011 e Plano Plurianual de Investimentos.** -----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma proposta escrita com o seguinte teor: -----

“Ao abrigo do artº 68 nº 1 al. b), e para efeitos do artº ,64º nº 2 al c), ambos da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, e depois de ouvidos os partidos políticos representados na Assembleia Municipal, presidentes de Junta de Freguesia e Presidentes dos Conselhos Directivos em funções no concelho, ordenei a elaboração de uma proposta de Grandes Opções de Plano e Orçamento para o ano de 2011. -----

O documento “*Grandes Opções do Plano e Orçamento*” agora apresentado, é um documento orientador da acção da autarquia, no âmbito das suas responsabilidades de promoção e desenvolvimento sustentável económico, social e cultural do concelho. -----

Compromisso assumido no ano transacto, a auditoria externa permitiu um melhor diagnóstico da real situação financeira da autarquia. Consequência, o Programa de Saneamento Financeiro, define uma estratégia a longo prazo, assente no rigor e contenção, com o propósito de corrigir o descontrolo financeiro da autarquia. -----

O agravamento da conjuntura económica do País levou à implementação de diferentes programas de estabilidade e crescimento, com cortes nas transferências do Estado para as Autarquias. De notar que os cortes anunciados têm um impacto muito significativo na nossa autarquia, que a exemplo de autarquias mais pequenas, dependem em grande medida das receitas da administração central. A este constrangimento acresce a

penalização pelo incumprimento do limite de endividamento legalmente imposto, respeitante ao ano 2008 no valor aproximado de 50 Mil Euros mensais, e o esforço financeiro assumido no âmbito do referido Plano de Saneamento Financeiro com reflexos significativos a partir de 2011. -----

Este cenário de dificuldades extrínsecas e intrínsecas, com um sentido de responsabilidade assente no rigor, reforçou a necessidade de planificar a curto/médio prazo, adiando investimentos em condições de elegibilidade, para os anos seguintes como se pode constatar no Plano Plurianual de Investimentos. -----

Alguns contratos de prestação de serviços foram entretanto revistos, prevendo-se a revisão de outros sempre que possível e oportuno. Para o próximo ano prevê-se o lançamento do concurso para o serviço de limpeza e recolha de resíduos sólidos urbanos ou ainda a instalação de dispositivos de gestão e eficiência energética na rede de iluminação pública. A contenção da despesa de natureza corrente carece de uma atenção permanente e a soma de pequenos ajustes fará certamente a diferença no final do ano. A não admissão de pessoal continuará a ser regra e a renovação gradual da frota automóvel visará a redução de despesas com combustíveis e manutenção. -----

Algumas obras permanecem no orçamento por motivos alheios à autarquia, a aguardar o pagamento da comparticipação comunitária, outras encontram-se em fase de conclusão. A Regeneração Urbana da Vila de Mondim de Basto estará no terreno logo no início do ano. Destaque ainda para a Correção Rodoviária do Nó do Valinho, a Qualificação da Rede de Transportes Públicos do Concelho, a Elaboração do Plano de Emergência Municipal, o Sistema de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, o Balcão Único de Atendimento e o programa de Soluções Integradas de Acessibilidade. Todos programas comparticipados, de acordo com uma estratégia que visa potenciar os recursos da autarquia. -----

Continuam contempladas nas opções definidas a beneficiação da rede viária municipal, bom como de equipamentos, numa óptica de distribuição do investimento, combate às assimetrias, melhoramento das condições e valorização do património rural, mesmo considerando as limitações orçamentais. -----

Assim, deixo a análise dos documentos em anexo à consideração de Vossas Excelências e proponho que no exercício da competência tipificada no art.º 64º n.º 2 al. c) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, se aprove a proposta de Orçamento de 2011 e Plano Plurianual de Investimentos apresentar à próxima Assembleia Municipal. -----

Mais proponho, que, com a proposta de Orçamento de 2011 seja também apresentada à Assembleia Municipal a proposta de Mapa de Pessoal que lhe está anexa para vigorar em 2011, cuja aprovação lhe compete nos termos do artigo 3º nº 2 al. a) do Dec. Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, que procedeu à adaptação à administração autárquica do disposto na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.” -----

Apreciado o assunto, foi deliberado com dois votos a favor aprovar as propostas em anexo à presente acta e da qual fazem parte integrante de Orçamento e Mapa para 2011, bem como, a proposta de Plano Plurianual de Investimentos, a submeter à Assembleia Municipal. -----

Abstiveram-se na presente votação os Senhores Vereadores Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado; Manuel Mário Mota de Oliveira e Eng.º Francisco Gomes Ribeiro. -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro foi dito que iria apresentar uma declaração de voto escrita, mas, antes esclareceu que tal declaração não teve em conta o facto agora conhecido sobre os juros de mora em dívida e que conduziram à Revisão Orçamental aprovada no ponto

anterior, onde consta que o Município vai ter que suportar, acima de um milhão de euros, facto que necessariamente se vai reflectir no orçamento do ano de 2011. -----

Prestado o esclarecimento supra descrito, pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro foi presente a seguinte declaração de voto: -----

“Constato que no documento do orçamento para o próximo ano, se encontram vertidas algumas preocupações que coloquei ao executivo, tais como, o não empolamento do orçamento. Devendo este cingir-se aos recursos financeiros que previsivelmente se irão obter no próximo ano. Dado que, com o processo de saneamento financeiro em curso, o acumulado das dividas a fornecedores desaparece, transitando estes valores para dividas as instituições bancárias, fechando-se várias rubricas de obras já executadas que deixam assim de transitar em orçamento, não se justificando deste modo qualquer empolamento. -----

Constato também a existência de distribuição de obra por todas as freguesias do concelho, o que me parece positivo, todavia os valores em alguns casos me parecem bastante baixos. Mas acima de tudo, espero que o documento neste particular vincule o executivo para a sua execução. -----

Verifico também que a proposta apresentada por mim, para afectação das receitas que a Câmara obtém com o Parque Eólico instalado na freguesia de Ermelo reverte-se em obra a favor desta, está considerada com o valor de 100.000 €, apesar de não ter sido agendada para a reunião de Câmara. -----

Relativamente às despesas correntes, verifica-se um aumento significativo da despesa com pessoal, colocando estes valores próximo dos previstos no plano de saneamento financeiro para o ano de 2015, o que não deixa de ser preocupante. -----

Este orçamento em boa medida poderá ser considerado um orçamento realista, isto é, considera como receitas correntes e de capital as transferências do Orçamento Geral do Estado, e as receitas já aprovadas anteriormente

no âmbito do Quadro de Referência Estratégica Nacional “QREN”, pouco mais além do referido. É por isso mesmo um documento sem ambição, sem projectos novos de valor significativo para o concelho, que permitam a captação de novos recursos financeiros, sejam eles de apoios comunitários ou nacionais. Apenas verificamos a conclusão de projectos que transitaram do mandato anterior. Como obras a iniciar de maior valor, apenas a requalificação da zona urbana da vila, mas também este se trata de recursos provisionados no mandato anterior, sendo da responsabilidade deste executivo o lançamento e execução da obra. -----

Constatamos ainda a existência de uma inauguração, a da Biblioteca Municipal, o que até não parece nada mau. Só que, um orçamento para um segundo ano de mandato com este nível de projectos para o futuro, deixa antever que até final do mandato muito pouco se irá passar em matéria de execução camarária. Diria mesmo que este executivo se propõe apenas concluir e inaugurar obras que transitaram do mandato anterior, como exemplos, o Centro Escolar, o Núcleo Museológico, ou a Carta Arqueológica. Como grande projecto a lançar, a requalificação da vila de Mondim, que também é candidatura aprovada anteriormente. Projectos de maior dimensão, totalmente deste executivo não vislumbramos até ao momento nada. -----

Diria que este orçamento é de gestão corrente e de coisas passadas, atropela e deixa para trás o programa eleitoral com o qual o Partido Socialista se apresentou ao eleitorado. É um orçamento sem esperança e sem futuro. Merece claramente nota negativa. -----

Pelas razões apresentadas não posso votar favoravelmente este documento, todavia, e na expectativa de melhores dias para o concelho e para este executivo abstenho-me para não criar dificuldades acrescidas.” -----

Por sua vez, pelos Senhores Vereadores Eng.º Lúcio Machado e Manuel Mário Mota de Oliveira, foi apresentada a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do CDS - PP abstêm-se na votação do orçamento 2011 e plano plurianual, sustentando a sua posição nos seguintes aspectos: ----

- Pouco ambicioso nos objectivos baseando-se no momento difícil, existindo poucas ideias e lançamento de poucos novos projectos que vão condicionar o futuro do concelho negativamente. -----
- a criação do balcão único deveria ser mais abrangente e estender-se ás freguesias, podendo estas ter uma série de valências e serviços que facilitavam o trabalho do município, bem como possibilitar ás pessoas esses mesmos serviços sem as óbvias deslocações. -----
- Há um claro desinvestimento nas associações desportivas, e preocupantemente na formação, pois para esta investe-se 22 500,00 euros num total de 70000,00 euros. Estas são desde sempre elementos de identificação do concelho, promoção desportiva, convívio, formação desportiva e cívica. -----

Trata-se na globalidade de um orçamento expectante e pouco ambicioso.” -----

### **3º - Resumo diário da tesouraria do dia 3 de Dezembro de 2010. --**

Presente o resumo diário da tesouraria do dia 3 de Dezembro de 2010, que apresenta um saldo orçamental no valor de € 1 961 953.14 e um saldo de operações de tesouraria no valor de € 89 827.21. -----

Apreciado o assunto, foi deliberado tomar conhecimento. -----

#### **OUTROS ASSUNTOS: -----**

- **Admissão de proposta extraordinária - Distribuição de Agasalhos – população idosa e carenciada. -----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente, para admissão a título extraordinário, uma proposta escrita, subscrita pela Senhora Vereadora Prof.<sup>a</sup> Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa, com o seguinte teor: -----

“Já todos constatámos como iniciou rigoroso este Inverno. -----

Os Serviços da Protecção Civil têm estado atentos ao apoio à população que, por variadíssimas razões, tem sido afectada pelas consequências das baixas temperaturas que se têm feito sentir. Também as famílias mais carenciadas ou com dependentes idosos se têm dirigido aos Serviços de Acção Social da Câmara para transmitir o desconforto nas suas habitações. -----

Todos sabemos e estamos cientes que, quer por razões estritamente financeiras ou também por razões culturais, muitas pessoas desinvestem no seu conforto pessoal e não temos, naturalmente, condições para acorrer de forma plena a todos os agregados familiares carenciados ou com dependentes idosos. No entanto, parece-nos uma forma adequada de colmatar este problema distribuir gratuitamente agasalhos pela população. -----

De acordo com a informação dos Serviços de Acção Social existem no concelho cerca de 40 agregados familiares a necessitar de apoio, pelo que estimamos uma despesa de cerca de 1500 Euros com a aquisição e distribuição gratuita de agasalhos destinados a estes agregados familiares. -----

Assim, proponho a V. Ex<sup>as</sup>, nos termos da al.b) n° 4 do art. 64° da Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n° 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a aprovação desta medida.” -----

Colocado em votação foi a admissão da proposta extraordinária - Distribuição de Agasalhos – população idosa e carenciada, rejeitada, com três votos contra a admissão dos Senhores Vereadores Eng.º Lúcio Manuel Alves Machado; Manuel Mário Mota de Oliveira e Eng.º Francisco Gomes Ribeiro. -

Votaram a favor da admissão o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Prof.<sup>a</sup> Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa. -----

• **Reorganização dos serviços municipais.** -----

Pelo Senhor Vereador Eng.º Francisco Gomes Ribeiro foi solicitada a palavra, e no uso da mesma foi presente a seguinte declaração: -----



“Relativamente ao assunto reorganização de serviços e nomeação/concurso das novas chefias das unidades orgânicas flexíveis, devo manifestar o meu desacordo com a forma como o executivo está a levar a cabo todo o processo. Ao que tudo leva a crer, irá verificar-se uma autêntica dança de cadeiras, indo ao encontro das minhas suspeitas invocadas na reunião de Câmara do dia 11 de Outubro, nomeadamente o referido no seu ponto 3.º e que passo a citar: *3.º A alteração profunda que se pretende da estrutura funcional da Câmara, suprimindo por um lado e criando pelo outro unidades orgânicas sem levar minimamente em consideração a existente, configura claramente um desrespeito por funcionários e pelo seu desempenho que ao longo dos anos dedicaram ao município. No caso desta proposta vir a ser concretizada, facilmente será de prever a mudança de cadeiras, alguns ajustes de contas, e sobretudo umas tantas promoções para pagamento de favores políticos, sem olhar a competências e desempenhos passados, mas sim à lealdade política. Podendo original um ambiente de desconfiança e desconforto entre funcionários, que inevitavelmente terá repercussão no seu desempenho, de resto, já são vários os testemunhos que a serem verdade, vão no sentido da coacção e da prepotência do executivo.* -----

Para além modo pouco adequado de substituição de chefias, nomeadamente quanto à forma e momento para a sua execução, poderão conduzir a perturbações no normal funcionamento dos serviços como atrás é referido. Ao serem levadas a cabo antes do fim das respectivas comissões de serviço, vão originar o pagamento de indemnizações às chefias que cessão funções, e que poderá ascender a valores próximos dos 50.000 €. -----

Deste modo, quero manifestar o meu desagrado pela forma como executivo tem condizido todo este processo de reorganização e de nomeação/concurso das novas chefias. Que fique claro, que não está em causa nenhuma das prováveis novas chefias, para as quais, aproveito para felicitar e desejar a melhor sorte na execução das novas funções.” -----

**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.** -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a presente reunião às Doze horas, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e por estar conforme foi aprovada por unanimidade e vai assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Vereadores e por mim secretário para valer como tal. -----

---

---

---

---

---